

**Muriel Emídio
Pessoa do Amaral**
(UEPG)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3069-6697>.

E-mail: murielamaral@yahoo.com.br

**Jornalismo investigativo
e jornalismo subjetivo: notas
sobre biopoder nos
relatos de Nellie Bly**

***Investigative journalism and
subjective journalism
and biopower: notes about
biopower on
Nellie Bly's reports***

***Periodismo de investigación y
periodismo subjetivo: apuntes
sobre biopoder en los
relatos de Nellie Bly***

RESUMO

A partir dos estudos sobre jornalismo e relatos, o artigo pretende reconhecer a atuação de Nellie Bly como uma das pioneiras do jornalismo investigativo e fomentadora do jornalismo subjetivo ao permanecer 10 dias em um hospital psiquiátrico para realizar denúncias de maus tratos contra mulheres ao jornal em que trabalhava ainda no século XIX. Os relatos trazem subjetividades na sua estrutura, mas também apresentam riquezas de detalhes que, no caso em questão, denunciam atividades de biopoder em instituições de isolamento.

Palavras-chave: Relatos; Jornalismo investigativo; Jornalismo subjetivo; Biopoder

ABSTRACT

Based on studies on journalism and reports, the article intends to recognize Nellie Bly's performance as one of the pioneers of investigative journalism and a promoter of subjective journalism by staying 10 days in a psychiatric hospital to report abuse against women to the newspaper that she has worked in 19th century. The reports bring subjectivities in their structure, but also present a wealth of details that, in this case, denounce biopower activities in isolation institutions.

Keywords: Reports; Investigative journalism; Subjective Journalism; Biopower

RESUMEN

A partir de estudios sobre periodismo y relatos, el artículo pretende reconocer la actuación de Nellie Bly como una de las pioneras del periodismo de investigación y promotora del periodismo subjetivo al permanecer 10 días en un hospital psiquiátrico para denunciar abusos contra mujeres a lo periódico en que trabajaba em siglo XIX. Los relatos traen subjetividades em su estructura, pero también presentan una riqueza de detalles que, em este caso, denuncian actividades de biopoder em instituciones de aislamiento.

Palabras llave: Relatos; Periodismo de investigación; Periodismo subjetivo; biopoder.

Submissão: 26-2-2022

Decisão editorial: 14-3-2024

Introdução

Nellie Bly é o pseudônimo adotado pela jornalista estadunidense Elizabeth Cochran Seaman¹ para investigar as condições insalubres de um hospital psiquiátrico, Asilo para lunáticos de Blackwell, destinado a mulheres, localizado na periferia da cidade de Nova York. A investigação realizada por ela foi publicada a partir de 08 de outubro de 1887 em série de reportagens pelo jornal *New York World*, então pertencente a Joseph Pulitzer. Para ter acesso ao hospital, ela teve que simular demência e passar por todas as etapas necessárias até ser internada como doente, mesmo depois de ser examinada por três médicos.

A coletânea completa de reportagens (BLY, 2021a) servirá de fonte do artigo para apresentar que a jornalista foi uma das precursoras do jornalismo investigativo e do jornalismo subjetivo feitos por mulheres a partir dos relatos para denunciar as práticas de biopoder (FOUCAULT, 2008) ainda no século XIX. A partir deste movimento, o artigo, em primeiro momento, apresenta os conceitos que estruturam a parte teórico-metodológica da pesquisa e, em seguida, o reconhece de modo empírico nos relatos da autora.

¹ Como Elizabeth Cochran Seaman se identificou nos relatos como Nellie Bly durante a apuração realizada, a pesquisa adotará o pseudônimo quando se referir a ela.

Elizabeth (ou Bly) também foi empresária, escritora e filantropa e teve atuações consistentes no jornalismo, a despeito de estar à sombra das memórias mais marcantes quando o assunto é atuação profissional. Além da missão de retratar as condições do hospital psiquiátrico, em 1889 ela acreditou que seria possível dar uma volta em torno do globo terrestre em 72 dias, desafiando a intenção de Phileas Fogg, personagem do clássico *Volta ao mundo em 80 dias*, do escritor francês Julio Verne. Contrariando as expectativas mais sexistas, ela conseguiu realizar a proeza e os relatos da viagem foram publicados no livro *A volta ao mundo em 72 dias* (BLY, 2021b). Bly foi uma mulher fora dos esquadros convencionais quando o assunto era feminilidade oitocentista.

Para trilhar os caminhos teórico-metodológicos, esta pesquisa, primeiramente, faz revisão bibliográfica acerca dos conceitos sobre jornalismo investigativo (WAISBORD, 2000; LOPES; PROENÇA, 2003), jornalismo subjetivo (MORAES, 2015, 2019) e adota como metodologia as teorias sobre relatos (MARCONDES FILHO, 2011) para denunciar as práticas de biopolítica/biopoder (FOUCAULT, 1999, 2008). Num segundo momento, a pesquisa pretende reconhecer como esses conceitos se encontram aplicados nas reportagens desenvolvidas por Bly. Por esse caminho, será possível identificar que a atuação de Bly, na verdade, inaugurou as práticas do jornalismo investigativo, fomentou as práticas de jornalismo subjetivo, além de ser um ponto crucial para a apuração jornalística do ponto de vista interseccional (CRENSHAW, 2002) ao estabelecer “entrecruzamentos que criam realidades muito complexas e que precisam ser olhados nessa complexidade” (LAGO; KAZAN; THAMANI, 2018,

p. 129) sobre a condição de mulheres em estado de vulnerabilidade.

As reportagens realizadas pela jornalista foram construídas em primeira pessoa e por serem narradas dessa forma, as reportagens são compostas enquanto relatos. Para a pesquisa, os relatos serão compreendidos como resultados do envolvimento entre sujeito e acontecimento (MARCONDES FILHO, 2011) sem impedimento e de forma mais livre de tal modo que os envolvidos no processo sejam afetados. A comunicação pelos relatos, como aponta Marcondes Filho, apoiado em Buber (1979), não estabelece hierarquias ou julgamentos prévios. Para o autor, o relato traz porções subjetivas, entretanto, não deveriam ser considerados como expressões de menor valor pela sua natureza e podem servir para reflexões a outros pensamentos.

Para ilustrar momentos em que os relatos foram importantes na apuração e composição da notícia, Hannah Arendt (1999) recorreu a este método para desenvolver a ideia de banalidade do mal ao acompanhar como repórter, em 1960, em nome da revista *New Yorker*, o julgamento do oficial nazista Adolf Eichmann. Ao observá-lo no julgamento, Arendt não percebeu um sujeito monstruoso, como fora construído pela opinião pública, mas como um homem anódino que se recusou a pensar politicamente. Assim, o mal seria banal não como uma negação dos horrores ocorridos, mas enquanto uma demonstração da ausência de fomentar a ação política. A ideia de Arendt para pensar o mal reconfigurou a tradição filosófica acerca da origem do mal e estabeleceu outros caminhos para refletir sobre a política no século XX.

Gay Talese (2016) também recorreu aos relatos depois de apurar o hábito voyeur do proprietário de

um hotel nos Estados Unidos que observava escondido seus hóspedes dentro dos quartos. Gerald Foos construiu uma plataforma de observação no forro do hotel para que pudesse observar os hóspedes sem ser notado. Foos relatou a Talese que observou cenas de sexo, abusos e também foi testemunha de um possível assassinato. Talese (2018) também utilizou os relatos ao adentrar em estabelecimentos de *swing* (troca de casais) e trazer aos olhos dos leitores as mudanças comportamentais de cunho sexual ocorridos em meados da década de 1960. Assim, os relatos também fazem parte da composição da notícia produzidas por Bly.

Os relatos de Bly também podem ser considerados como demonstrações de jornalismo investigativo quando analisados segundo os apontamentos realizados por Waisbord (2000) e Lopes e Proença (2003). De acordo com Waisbord (2000), a investigação mais profunda, de interesse público e sem a necessidade de espetacularização e sensacionalismo são algumas das demonstrações do jornalismo investigativo, condições existentes na apuração realizada por Bly.

Da mesma forma que o jornalismo investigativo não abre lacuna para o desenvolvimento de espetacularização e sensacionalismo, o entendimento de jornalismo subjetivo adotado pela pesquisa também não os contempla. Segundo Moraes (2019), o jornalismo subjetivo, além de não oferecer aderência a essas manifestações, é estruturado com o propósito de olhar o acontecimento afim de promover a diversidade de representações para além dos sentidos cristalizados encontrados nas construções das notícias. Para a autora, o jornalismo subjetivo não é uma demonstração egóica ou narcísica acerca do acontecimento, mas um caminho para reconhecer que as

experiências e percepções são importantes na apuração das informações e na composição da notícia para além dos pressupostos canônicos do jornalismo.

Os relatos de Bly podem ser compreendidos como registros de atuação da biopolítica e biopoder. De acordo com Foucault (2008), as práticas de controle de corpos e subjetividades foram introduzidas pelo propósito de elaborar sujeitos associados à ordem liberal e produtivista. A partir da Idade Moderna, os sujeitos e grupos que não se adaptassem aos regimes de controle não poderiam ser executados como acontecia no medievo, mas estariam sujeitos à ortopedia social a partir dos discursos e práticas disseminadas enquanto uma proposta de poder. Por essa perspectiva, hospitais e clínicas não seriam compreendidos exclusivamente como espaços de reestabelecimento da saúde, mas como instituições que prezavam para o controle e acompanhamento dos internos para produzir sujeitos formatados segundo as práticas e discursos de poder.

Percurso teórico-metodológico

Os relatos de Nellie Bly acerca da condição das mulheres no hospital psiquiátrico Asilo para lunáticos de Blackwell, entidade de repouso instalada em uma parte obscura e afastada do centro de Nova York, podem ser considerados um dos expoentes do jornalismo investigativo e do jornalismo subjetivo para a denúncia do biopoder e biopolítica. A pesquisa não considera que a apuração feita por Bly seja um panorama fiel à realidade encontrada ou uma expressividade de verdade, por outro lado, é a partir da experiência vivida de dentro da instituição e pelo contato com outras internas que a jornalista observa

os acontecimentos e os constrói pelos relatos apresentando suas observações sobre o local.

Além disso, a apuração realizada por Bly também não se assemelha às práticas jornalísticas de construção da notícia do século XIX em que os profissionais elaboravam os textos a partir de considerações próprias sem a necessidade de apuração e acompanhamento dos fatos (cf. ERBOLATO, 2002). Ao contrário, Bly se arriscou ao simular demência para fazer as apurações e desvendar as condições enfrentadas pelas mulheres no hospital. Mesmo não sendo o ponto principal de abordagem da pesquisa, é importante frisar que os métodos adotados por Bly para a apuração podem ser questionados do ponto de vista ético. A partir da reflexão de não romantizar as práticas que podem levantar suspeitas sob o argumento de uma boa e dedicada apuração, a atuação de Bly pode afrontar os parâmetros éticos da prática profissional jornalística ao simular demência. Assim, é importante não perdemos no horizonte que, como salienta Alsina (2005, p. 334) a “notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível” e paralelamente a essa condição, os jornalistas, na visão de Traquina (2004, p. 107), “Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado”. Ao trazer as notícias em relatos, Bly traz particularidades e movimentos que dificilmente viriam à tona a partir de práticas convencionais do jornalismo como a apuração realizada a partir da coleta de discursos de fontes oficiais, uma vez que se trata de denúncia.

Dentro das atividades jornalísticas, nem sempre os relatos gozam de espaços privilegiados por que, em alguma medida, trazem aspectos subjetivados na

apuração e colocam em xeque as supostas objetividade e neutralidade, ideias reverberadas como pressupostos indispensáveis para a prática jornalística. Mesmo não sendo o objetivo da pesquisa, é importante pontuar que ao considerar qualquer discurso jornalístico pareado à objetividade ou à neutralidade refuta a condição ideológica do discurso (PÊCHUX, 2002) ou o desconsidera enquanto um dispositivo de poder (FOUCAULT, 2014).

Os relatos, como aponta Marcondes Filho (2011), trazem grande porções de subjetividade por serem frutos de observações e sensibilidade dos repórteres e podem, inclusive, ser elaborados como manifestações ensaística, todavia, considera-lo de menor valor jornalístico é desmerecer a variedade de informações e conjecturas que são possíveis a partir da apuração e percepção do repórter. Ainda na esteira do pensamento de Marcondes Filho (2011), os relatos são frutos da interface entre o acontecimento e o sujeito de modo mais intrínseco e livre. Pelas palavras de Dantas (2012, p. 8), o relato “seria o ato de construir a passagem, de ir se abrindo um caminho que vai se fechando atrás de si, como um caminho da não-fixação contínua”.

Pela perspectiva dos autores, a elaboração dos relatos acontece enquanto uma intenção de diálogo e de alteridade, conforme sugere Martin Buber (1979). Filósofo e teólogo do começo do século XX propôs um modo de pensar muito pertinente ao considerar que a experiência do “eu” não é centralizada no indivíduo com o mundo, mas nos espaços de vivências com o “outro”, estabelecendo uma relação de alteridade.

Para Buber, o “outro” se torna “tu”, ou seja, alguém tão relevante e importante no processo que engrandece a relação de alteridade baseada na interação, por isso a relação “EU-TU”. Em outras circunstâncias, Buber considera que quando o outro não é elevado à consideração do “TU”, a alteridade perde forças e se originam processos de estratificações e o outro não ultrapassa a qualidade do “ISSO”, um objeto, algo apenas pragmático e utilitário do “EU”.

A relação “EU-ISSO”, para Buber, é distante e objetivada, carente de empatia e compaixão. O filósofo considera assim, a palavra-princípio EU-TU como a proposta da totalidade do sujeito, livre, desimpedida. Entre o EU e o TU não são estabelecidos jogos de conceitos, esquema, fantasia; e a própria memória se transforma no momento em que passa dos detalhes à totalidade. Todo meio é obstáculo. “Somente na medida em que todos os meios são abolidos, acontece o encontro” (BUBER, 1979, p. 13). Defender as relações com o “outro” propondo uma interação mais humanizada e contemplar as discussões sobre a condição de mulheres internadas em instituições de reclusão é mais que um exercício de denúncia, é a contemplação de visibilidade e reconhecimento político na apuração a ponto de ressignificar a existência e a presença dessas mulheres no espaço público.

O método de acreditar na alteridade em sujeitos idealizado por Buber foi o ponto considerado por Medina (1987) como relevante para a apuração na realização de entrevistas. De acordo com autora, a entrevista, quando recorrida como método de apuração para a construção da notícia, não se limita apenas na função pragmática da proposta de perguntas à espera de respostas como sendo uma atividade diri-

gista feita por um roteiro pré-estabelecido e previsível entre jornalista e fonte, mas deve ser compreendida enquanto uma iniciativa de diálogo.

Segundo Medina (1987), a capacidade de estabelecer comunicação está relacionada com a proposta de humanização encontrada pelo contato interativo entre as partes, no caso, entre entrevistado e repórter, e ambos serem afetados "(...) fez luz em certo conceito ou comportamento, elucidou-se determinada autocompreensão ou compreensão do mundo. Ou seja, foi estabelecido o diálogo possível" (MEDINA, 1987, p. 07). Assim, ainda no pensamento de Medina, apoiada em Buber, ela acredita que a possibilidade de verdade e autenticidade dentro das interlocuções é pela entrega do "(...) EU ao TU, um TU-PESSOA e não um TU-ISTO" (MEDINA, 1987, p. 13).

A apuração de Bly não foi realizada por entrevistas, entretanto foi estabelecido diálogo para compreender as relações e as vivências daquelas mulheres internadas. Por esse caminho, Bly promoveu a interlocução com as fontes desenvolvendo uma das primeiras expressões do jornalismo investigativo através dos relatos, muito antes desta modalidade ter destaque nas redações pelo mundo ou fazer parte dos currículos acadêmicos. Para Lopes e Proença (2003), o jornalismo investigativo está relacionado às atividades que buscam as verdades ocultas que denunciam supostos casos de corrupção, ilegalidades ou movimentações suspeitas.

Além disso, cabe ao jornalismo investigativo não ser produzido a partir de conteúdos divulgados por assessorias de imprensa ou ser elaborado por informações convencionais. Assim, o fato de Bly ter simulado demência pode suscitar discussão ética, por

outro lado, para Sequeira (2005, p. 13), os jornalistas investigativos são "(...) obrigados a lançar mão de metodologias e estratégias nada convencionais". Conforme aponta Waisbord (2000), as práticas do jornalismo investigativo devem ser calcadas no interesse público do assunto a ser abordado e, por isso, a investigação de Bly apresenta pertinência quanto ao interesse público ao denunciar a condição das mulheres no hospital psiquiátrico. Mesmo sendo mais elaboradas do ponto de vista da produção da notícia devido à necessidade de tempo e apuração, as reportagens do jornalismo investigativo não devem perder do horizonte critérios de noticiabilidade que atendam e fomentem o debate e o interesse público. Por esse olhar que as manifestações de sensacionalismo ou espetacularização dos acontecimentos não devem ser contempladas entre suas atividades.

Como os relatos trazem porções subjetivas, no caso da apuração de Bly, as notícias também puderam ser consideradas, além de demonstração de jornalismo investigativo, como práticas de jornalismo subjetivo. Conforme aponta Moraes (2019), o jornalismo subjetivo reconfigura os valores-notícia por outra ordem de estruturação de prioridades, desestabiliza representações que foram engessadas por uma questão de poder e promove visibilidade a grupos e sujeitos silenciados, incluindo mulheres, comunidade LGTQIA+, afrodescendentes e toma-se a liberdade de acrescentar também mulheres com problemas psíquicos.

Ainda na esteira do pensamento da autora, o jornalismo subjetivo torna-se "(...) uma ferramenta importante na busca pela produção de representações mais integrais sobre pessoas e grupos" (MORAES, 2019, p. 207). Ela ainda pontua que o jornalismo subjetivo

não se limita apenas à sinestesia pessoal, mas como sendo uma demonstração histórica e política de promover sensações a partir da apuração realizada. Por outro lado, a notícia construída pelo jornalismo subjetivo projeta luz e reconhecimento para grupos e sujeitos que são silenciados como sendo atores sociais dignos de pertencimento político. Assim como Waisbord apontou que o jornalismo investigativo não contempla a espetacularização, o jornalismo subjetivo também se afasta dessa proposta ao ser comprometido com a visibilidade, destarte, para Moraes (2019, p. 210) “A prática subjetiva vai em busca de um modo de apreensão da realidade não respaldado no espetacular, mas que se interessa também pelo banal; não pelo insólito, mas aquilo o que é evidente; não pelo exótico, mas pelo endótico”.

As características do jornalismo investigativo e subjetivo foram empreendidas por Bly e podem ser compreendidas como inventários sobre as práticas de biopolítica e biopoder no século XIX que, no caso, tiveram como alvo as mulheres supostamente com problemas mentais. De acordo com Foucault (2008), até meados do século XVIII, cabia ao soberano a gestão de assuntos governamentais, inclusive de ações punitivas. O suplício do corpo serviria de exemplo àqueles que desafiassem as ordens soberanas. Por outro lado, com o desenvolvimento do liberalismo, concebido não apenas enquanto uma organização econômica, mas um dispositivo tecnológico de subjetividade, foi produzido e reproduzido com o intuito de elaborar sujeitos e grupos para subsidiar o sistema de produção como sendo supostamente saudáveis e moralizados. Dentro desse cenário, a disciplina perde forças para

a ação de movimentos de controle pelas ações de biopolítica/biopoder.

Enquanto as ordens disciplinares eram aplicadas em sujeitos individualizados, o controle deveria atuar em contingentes maiores, em sociedades. Além disso, a potência de atuação não se limitava mais apenas à atuação do Estado, mas poderia ser produzida e reproduzida por instituições como discursos de “verdade” devido à naturalidade e normalidade com que suas artimanhas atuaram. Enquanto as práticas do Estado seriam apresentadas pela ação da biopolítica, caberia a outras esferas de conhecimento e atuação o exercício do biopoder. Destarte, a potência do binômio biopoder/biopolítica teve aderência devido à naturalidade de atuação. Para Foucault (1999, p. 291):

(...) essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais úteis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada à igreja. (Foucault, 1999, p. 291).

Assim, práticas e discursos advindos da medicina, pedagogia, ciências jurídicas e outras instituições que prezam pelo controle da população foram reproduzidos a ponto de desenvolver signos de “verdade” e formar sujeitos e corpos controlados. Destarte, a partir do pensamento foucaultiano, o regime de verificação “(...) não pode ser caracterizado por uma determinada lei que possui toda a verdade, ela faz parte de todo conjunto regrado para estabelecer, sempre seguindo certo discurso, quais questões devem ser consideradas como verdadeiras ou como falsas”. (ARAÚJO, 2019, p. 145). Ou seja, há uma série de tramas que

são articuladas e reproduzidas para ratificar a atuação e reverberação do poder de instituições como hospitais e clínicas. Não obstante, a atuação do biopoder/biopólitica não reconhece particularidades ou questões pormenorizadas de sujeitos e grupos e a potência do binômio é composta com o objetivo de domesticar e docilizar corpos enquanto uma ordem de poder.

Os sujeitos que estivessem fora do esquadro reconhecidos como “normal” seriam conduzidos a instituições de internação não apenas como destino para segregação social, mas também para que fossem estudados, investigados e classificados de acordo com o discurso de poder e, na medida do possível, readequados às práticas de poder.

O modo com que Bly apurou a condição do hospital destinado às mulheres é complexo e vai ao encontro das propostas apresentadas pelos relatos ao estabelecer uma relação dialógica com as fontes e, ao mesmo tempo, servir de vitrine para a atuação da biopoder em instituições de internação. Ao imergir no universo hospitalar, a jornalista traz a riqueza de informações, experiências e vivências de mulheres marginalizadas em condições de vulnerabilidade e a denúncia como forma de ação política. Para além das atitudes para atender às internas, o biopoder também se fez presente nos relatos de Bly. ao analisar a arquitetura da instituição e a organização dos espaços. A jornalista narra que o trânsito das pessoas, a arquitetura do local e a disposição dos móveis eram organizados de tal modo a promover a vigilância e coibir comportamentos indesejáveis.

Por dentro do hospital

Nos primeiros relatos elaborados, Bly apresenta a missão a qual foi destinada de "(...), dentro do hospital, descobrir e descrever seu funcionamento interno, que nunca chega ao conhecimento do público" (BLY, 2021, p. 21). Escrito em primeira pessoa, o relato aponta para a necessidade de apresentar o funcionamento da instituição de tal forma que seja de conhecimento e interesse públicos. Como apresenta Aguiar (2006, p. 75), o trabalho do jornalismo investigativo requer dedicação maior quando comparado às atividades do cotidiano e a:

(...) apuração das informações pelos repórteres, que não se limitam a reproduzir informações "vazadas" por fontes informativas para as redações dos jornais. Ou melhor, uma reportagem investigativa pode até ter início com denúncias que chegam às redações, mas não deve se basear exclusivamente nelas: é indispensável uma sólida pesquisa por parte do repórter (...). Por desempenhar uma relevante função social devido às suas contribuições à governabilidade democrática, a imprensa vincula-se ao princípio da responsabilidade mútua nas sociedades democráticas e revitaliza o espaço público. (Aguiar, 2006, p. 75)

Bly testemunhou um leque de violência contra as internas e, ao fazer esse movimento, ela estabeleceu formas de comunicação que foram possíveis adentrar ao universo manicomial. Ao propor diálogo com as internas para apuração, a jornalista destitui as barreiras, como propõe Buber (1979), para construir métodos de comunicação de não as compreender como objetos ou sujeitos desumanizados. Por outro lado, os relatos de Bly como demonstração de jornalismo investigativo dificilmente seriam elaborados a partir de fontes

oficiais do hospital. As agressões físicas constantes, a alimentação escassa e as instalações do local não foram relatadas a partir de fontes relacionadas à instituição, mas pelas próprias internas que relataram e pela experiência vivenciada pela jornalista como em um dos jantares oferecidos:

Manteiga rançosa, chá fraco e cinco ameixas secas: uma refeição pouco atraente. (...). As janelas estavam abertas e a corrente de ar gelado atravessava o corredor com um assobio. As pacientes estavam azuladas de tanto frio (...). Experimentei o pão, mas a manteiga era tão horrível que não consegui comer. Uma garota alemã de olhos azuis que estava do lado oposto da mesa me disse que eu poderia pedir o pão sem manteiga se quisesse, e que poucas pacientes conseguiam comer aquela manteiga. Voltei minha atenção às ameixas secas e percebi que não aguentaria comer muitas. Uma paciente que estava próxima pediu que lhe desse as minhas. Eu dei. Só me restou a tigela de chá. Dei um gole e um só gole bastou. Não tinha açúcar, e parecia preparado numa chaleira de cobre. Era tão ralo quanto a água. Também foi transferido a uma paciente que estava com mais fome (...) (BLY, 2021, p. 73-75).

Em outra passagem, a jornalista aponta que “a alimentação era uma das piores coisas (...) se uma pessoa adoce, é natural que acabe morrendo” (BLY, 2021, p. 86-87). Por essa observação da jornalista, é possível diagnosticar a organização de biopoder de atuação sobre vidas que são dignas de permanecerem vivas ou aquelas que podem ser descartadas sem culpa ou responsabilidade. Durante os banhos, Bly relata o descuido e o descaso com que aconteciam:

Fomos conduzidas a um banheiro frio e molhado e me mandaram tirar a roupa. Se me queixei? Bem, eu nunca me esforcei tanto para escapar de uma situação. Disseram que se eu não obedecesse, usariam a força e não seriam nada delicadas. (...) A água estava gélida, e mais uma vez protestei. Não fez a menor diferença (...) A mulher louca [interna do hospital] começou a me esfregar. (...). Ela pegava um pouco de sabonete mole de uma panelinha de lata e passava com força no meu corpo inteiro, inclusive no meu rosto e no meu cabelo tão vistoso. (...). Meus dentes batiam e meus membros ficaram arrepiados e azuis de frio (BLY, 2021, p. 76).

Por essa passagem, a jornalista desenvolve práticas do jornalismo subjetivo ao apresentar suas impressões acerca do acontecimento e também fazer o movimento de empatia às mulheres que estão internadas e que dificilmente saíram do hospital:

A essa altura já haviam despido a srta. Mayard [interna do hospital], e, por mais que eu tivesse odiado o banho, eu teria tomado outro se assim pudesse livrá-la daquela experiência. Pensar em mergulhar aquela moça doente na água fria me fez estremecer como se tivesse malária – eu que nunca adoeci. Eu a ouvi explicar a srta. Grupe [enfermeira do hospital] que sua cabeça ainda estava dolorida devido à doença que tivera. Seu cabelo ainda estava curto e tinha caído quase todo, e ela pediu que a mulher louca fosse orientada a esfregar com menos força, mas a srta. Grupe disse: “Não temos medo de machucar você, não. Cala a boca ou vai ser pior”. A srta. Mayard de fato ficou de boca fechada, e essa foi a última vez que a vi naquela noite (BLY, 2021, p. 77).

O descaso para esse episódio se estendeu quando Bly foi obrigada a dormir com a camisola mo-

lhada. O trecho releva a apatia e a denúncia pelo descaso da instituição e pode ser reconhecido como jornalismo subjetivo na medida em que é possível “combater o preconceito (...) desmontar o acontecimento, promover a desnaturalização do fato” (MORAES, 2015, p. 157). Quando Bly realiza o movimento de denúncia não se aproxima de representações estereotipadas da loucura que fortalecem as estruturas de poder e estigmatização, os relatos dela oferecem a possibilidade de compreensão e contato com outra realidade. Além disso, pelos relatos da jornalista abrem as portas para acompanhar as estratégias aplicadas e reproduzidas de biopoder dentro das instituições de reclusão.

As primeiras demonstrações de biopoder vivenciadas por Bly encontram-se ainda no começo da sua empreitada. As duas instituições nas quais ela permaneceu foram constituídas para controle, acompanhamento e a gestão de grupos indesejáveis à moral burguesa do século XIX. Para que ela pudesse ser internada no hospital, ela optou por permanecer alguns dias no Abrigo Temporário para Mulheres, uma espécie de albergue de curta permanência que não era destinado apenas a mulheres com problemas psiquiátricos, mas também servia de alojamento para mulheres, principalmente migrantes asiáticas, que chegavam à Nova York. Entretanto, algumas mulheres que não conseguiam emprego ou estabilidade financeira eram analisadas pela polícia e pelos médicos e, a despeito de não serem doentes, seriam destinadas ao hospital psiquiátrico. Assim, o abrigo é uma expressão institucional que preza pela manutenção das hierarquias e pela categorização de mulheres que podem circular ou permanecerem retidas a de-

terminados espaços. Fossem loucas, estrangeiras ou pobres possivelmente as mulheres com qualquer uma dessas qualidades (ou com todas elas) passariam pelo abrigo com grandes chances de serem internadas no hospital.

Para ingressar ao abrigo, a jornalista não alterou muito seu comportamento, a todo momento dizia que não era louca e que não sabia o porquê de ser encaminhada àquela instituição. A única mentira dita pela jornalista foi o fato de dizer que era cubana:

(...) desde o momento em que entrei no hospício da ilha, não fiz nenhum esforço para me manter louca. Falei e agi exatamente como faço no meu dia a dia. Por incrível que pareça, quanto mais eu agia e falava com lucidez, mais louca me consideravam (BLY, 2021a, p. 23).

Bly era uma mulher de 23 anos, sem filhos, solteira e que procurava estabilidade financeira na busca de um emprego e, por isso, recorreu ao jornal. Essas informações eram verdadeiras na mesma medida em que essas características seriam consideradas deméritas quanto ao se esperava de uma mulher do final do século XIX. A condição de Bly é uma demonstração da ideia de Foucault (2014) que as performances de sexo, gênero e sexualidade podem ser consideradas como dispositivos de poder que estruturam e hierarquizam papéis, condicionam espaços a serem ocupados e estabelecem sentidos de representação.

Como aponta Rubin (2017), pela intervenção e reprodução das práticas da biopoder, há uma estrutura em que são explicitados os comportamentos e representações dignas de pertencerem ao espaço público e os sujeitos alheios a essa estrutura podem

ser alvos da atuação da biopolítica seja por tratamento médico-psicológico ou intervenção de alguma ordem. Destarte, a condição de Bly ser solteira, não ter filhos e não ter condições financeiras satisfatória seriam argumentos para que ela pudesse ser esquadrihada e investigada pelos olhos da ciência enquanto uma prática de biopoder, além de não ser considerada uma mulher convencionais aos padrões normativos da época.

Outro ponto importante é que a experiência apurada e relatada por Bly vai ao encontro do entendimento de Foucault sobre a loucura. De acordo com autor, a loucura na Era Clássica recebeu outros contornos quando comparada aos séculos anteriores. Como apresenta Foucault:

A prática do internamento, no começo do século XIX, coincide com o momento no qual a loucura é percebida menos em relação ao erro do que em relação à conduta regular e normal; no qual ela aparece não mais como julgamento perturbado, mas como perturbação na maneira de agir, de querer, de ter paixões, de tomar decisões e de ser livre (FOUCAULT, 1997, p. 48).

A loucura estaria muito mais próxima de comportamentos e práticas indesejáveis e a internação e isolamento em hospitais, clínicas e manicômios tornar-se-iam estratégias não exatamente para ofertar tratamento ou possível cura a esses sujeitos, mas para mantê-los distante do convívio para evitar que não “contaminasse” a sociedade. Além disso, essas instituições serviriam como um mecanismo de estudo e catalogação desses sujeitos, segundo uma perspectiva supostamente científica.

Durante os exames realizados para ser internada, Bly relata outras passagens que demonstram cenas de biopoder pelas práticas e discursos da medicina e da ciência jurídica. A funcionária que a recebeu no abrigo afirmou que desde quando chegou ao local, a pupila de Bly estava dilatada insinuando que era uma pessoa com problemas mentais por conta dessa condição. Refratar os sentidos a códigos estereotipados, pela perspectiva de Hall (2016), é um sinal de violência por delimitar os sentidos de acordo com uma ordem de poder; e a disfunção ocular de Bly era sintoma de miopia:

"Mostre a língua assim que eu mandar", ele [médico] disse. "Eu não quero", respondi com razoável honestidade. "Mas precisa obedecer. Você está doente e eu sou o médico". "Não estou doente e nunca estive." (...) "Que remédios você tomou recentemente?", ele me perguntou. "Remédios?", eu repeti, alheada. "Não sei o que é isso." "As pupilas dela estão dilatadas desde que ela chegou ao abrigo. Nunca mudaram", explicou a sra. Stanard. Eu me perguntei como ela poderia saber se tinham mudado ou não, mas continuei em silêncio. "Acredito que ela tenha usado beladona", disse o médico, e pela primeira vez me senti agradecida por ser um pouco míope, o que explicava o aumento das pupilas. Achei que deveria ser honesta quando possível, desde que não prejudicasse o andamento do meu caso, então disse ao médico que era míope, que não estava nem um pouco doente, que nunca estivera doente (BLY, 2021, p. 45).

O entendimento de "verdade" pela medicina enquanto demonstração de saber e poder pela biopolítica fez parte dos exames aos quais Bly foi submetida para verificar se ela deveria ser internada no hospital:

Em seguida mediu minha pulsação e auscultou meu coração. Eu não tinha a mais vaga ideia de como o coração de uma pessoa louca batia, então preendi a respiração enquanto ele ouvia e, quando parou, arquejei para recuperar o fôlego. Depois ele observou o efeito da luz nas pupilas dos meus olhos. Erguendo a mão a pouco mais de um centímetro do meu rosto, ele me pediu para olhar para ela e depois, sacudindo-a de repente para longe, examinou meus olhos. Fiquei curiosa para saber como a insanidade se manifestava no olho, e achei que a melhor coisa a fazer naquela circunstância era olhar fixamente. E foi o que fiz. Mantive os olhos imóveis e cravados na mão do médico e, quando ele a afastou, empreguei todas as minhas forças para continuar sem piscar (BLY, 2021, p. 45).

Os processos examinatórios serviriam apenas para ratificar a suposta loucura da jornalista de forma protocolar por que, independentemente dos resultados, ela seria encaminhada à internação. Os discursos da medicina e das ciências jurídicas foram elaborados enquanto demonstração de “verdade”, segundo Foucault (2014, 2008), e couberam a essas áreas do conhecimento a incumbência de acompanhar e controlar a vida e o comportamento de homens e mulheres para fossem saudáveis e gerassem descendentes igualmente saudáveis dentro de uma ideia de produtivista de sujeitos ao mercado. O modelo capitalista de produção não contemplava doentes mentais, sujeitos e grupos de qualquer acometimento de saúde ou que desafiassem os discursos de poder como forma de adestramento, normatização e docilização dos corpos.

A biopolítica também estrutura a hierarquização dos gêneros e dos sexos e a condição de Bly é sintoma para promover a intervenção médica e também

jurídica. Na segunda vez em que foi examinada, ela relata passagens em que a condição de ser mulher solteira é um indício de prostituição e, conseqüentemente, de loucura:

Ele se sentou ao meu lado, tirou meu pulso, examinou minha língua, e por fim disse: "Conte tudo sobre a sua vida para a srta. Scott [funcionária do hospital]". "Não, não vou contar. Eu não falo com mulheres." "O que você faz em Nova York?" "Nada". "Consegue trabalhar?" "Não, senhor." "Me diga, você é uma mulher da vida?" "Não entendi", eu respondi, francamente enjoada com ele. "Refiro-me a deixar que os homens a sustentem, cuidem da senhorita". Tive vontade de dar-lhe um tapa na cara, mas precisava manter a compostura, então me limitei a dizer: "Não sei do que o senhor está falando. Eu sempre morei na minha casa" (BLY, 2021, p. 54).

A loucura associada às questões do gênero feminino não é um signo presente não apenas nas experiências da jornalista, mas de outras internas com quem ela conviveu. Bly relata a internação de uma mulher por iniciativa do marido:

Uma moça bonita falava tão mal inglês que só consegui registrar sua história pelo que ouvi as enfermeiras comentarem. Ela se chamava Sarah Fishbaum e seu marido a colocara no hospício porque ela flertava com outros homens. Suponho que Sarah fosse louca, e louca por homens, aproveitou para contar como as enfermeiras tentaram curá-las (?). Elas a chamavam e diziam: "Sarah, você não gostaria de ter um homem novo e bonito ao seu lado?" "Ah, sim: homem novo é muito bom", ela respondia nas poucas palavras que conhecia em inglês. "Pois é, Sarah, e você não ia gostar que a gente falasse bem de você para algum dos médicos?" E então lhe perguntavam qual dos médicos

ela preferia e aconselhavam que ela se insinuasse para no corredor, e assim por diante (BLY, 2021, p. 95).

Alguns dos seus relatos traçam as violências vividas por mulher por perspectivas que contemplam também outras referências para além das questões de gênero. Pode incorrer a equívocos epistemológicos apontar que os relatos de Bly seriam construídos por uma mirada interseccional (CRENSHAW, 2002), uma vez que esse conceito foi desenvolvido a partir dos estudos de gênero quase 100 após a apuração de Bly, mas a jornalista tenciona outras variáveis como etnia para explicar a vulnerabilidade e a violência contra mulheres. De acordo com Crenshaw, a interseccionalidade é uma metodologia que busca reconhecer estruturalmente posições relativas às mulheres como classe, raça, etnia e outras variantes para reconhecer a violência, opressão e desigualdades entre gêneros. Bly realiza esse movimento na apuração ao contemplar a realidade vivida por mulheres estrangeiras, pobres e vítimas de violência como fatores que as levam à internação no hospital. Além das estrangeiras que não conseguiam aprender a língua inglesa ou tiveram dificuldade de adaptação à realidade nova-yorkina, as mulheres de baixa renda também foram internadas na mesma condição das mulheres com problemas mentais:

Eu observei uma mulher de pele muito clara por algum tempo, e ao conversar com ela não consegui compreender como tinha sido internada, de tão lúcida que era. "Por que você veio para cá?", perguntei a ela um dia, depois de uma longa conversa. "Eu estava doente", ela respondeu. "Você sofre de doença mental?", eu insisti. "Ah, não; por que você teve essa impressão? Eu estava trabalhando demais e tive um

colapso. Como estava tendo problemas familiares e não tinha dinheiro, nem lugar para ir, me candidatei para que o governo me mandasse para o asilo dos pobres até eu poder voltar a trabalhar." "Mas não trazem pessoas pobres para cá, a não ser que sejam loucas", eu disse. "Você sabia que só mulheres loucas, ou mulheres que dizem ser loucas, são mandadas para cá?", continuei. "Quando cheguei aqui eu achei que a maioria dessas mulheres era louca, mas depois acreditei quando me disseram que era para cá que mandavam todas as mulheres pobres que pediam auxílio, como eu tinha feito" (...) Uma tal de sra. McCartney, cujo marido é alfaiate, parece perfeitamente racional e não tem nenhuma excentricidade. Mary Hughes e a sra. Louise Schanz não demonstraram nenhum traço aparente de loucura (BLY, 2021, p. 95-96).

Em diálogo com a fonte, Bly tentou compreender como uma outra mulher teve como destino a intenção sendo que não apresentava qualquer indício de loucura. A interna ultrapassou o código esperado do comportamento esperado de mulheres e que não é quisto à ordem biopolítica a mulheres como a ausência de docilidade. A pobreza e a própria condição de ser mulher podem servir de argumentos que justifiquem a internação para acompanhamento.

Além das práticas médicas e jurídicas, uma outra demonstração de biopoder foi a arquitetura do local e a organização dos espaços para manter a controle e a ordem. Para Foucault (2004, 2018) a estruturação arquitetônica dos prédios hospitalares e manicomiais é regida por uma questão de controle e são sintomas simbólicos de discursos sociais que também prezam pela hierarquia e distinção entre sujeitos supostamente "normais" e saudáveis. Os espaços também constroem subjetividades e formatam corpos e, por isso,

Bly pontua que as mulheres sãs poderiam ser acometidas por algum problema de ordem emocional.

Para as internas que reagiram aos ditames do hospital, o destino era o isolamento em quartos menores, privadas ainda mais de alimentação e convívio com as demais. Além disso, há a disposição do mobiliário e outras estruturas do espaço para promover o controle e vigília sobre os corpos como o espaço destinado às refeições:

A mesa tomava todo o comprimento da sala e, além de não ter toalha, era pouco atraente. Havia bancos longos e sem encosto para acomodar as pacientes e, tinham que passar as pernas por cima deles para sentar de frente para a mesa. Posicionadas lado a lado ao longo da mesa havia grandes tigelas cheias de uma coisa quase cor-de-rosa que as pacientes chamavam de chá (BLY, 2021, p. 74).

Ao viver naquele ambiente, Bly teve a sensibilidade de perceber que, em caso de incêndio, dificilmente haveria sobreviventes:

Não consegui dormir, então fiquei deitada na cama, imaginando os horrores que enfrentaríamos caso um incêndio se deflagra-se. Todas as portas são trancadas separadamente e há grades resistentes nas janelas, de forma que é impossível fugir. Só naquele único prédio há – acho que o dr. Ingram [superintendente do hospital] foi quem me disse – cerca de trezentas mulheres. Estão presas, de uma a dez em cada quarto. É impossível sair, a não ser que essas portas sejam destravadas. Um incêndio não é improvável, pelo contrário, tem muita chance de ocorrer. Caso o prédio pegue fogo, os guardas e as enfermeiras jamais pensariam em soltar suas pacientes loucas (BLY, 2021, p. 79).

Pelos relatos de Bly, a atuação do biopoder não apenas desenvolveu corpos e subjetividades, mas também selecionou quais existências teriam valor para que pudessem permanecer vivas ou seriam condenadas ao esquecimento, sentido que para Bly seria mais agudo que a morte. Em seu último relato, Bly faz a derradeira demonstração de alteridade, pelo viés de Buber (1979), ao deixar o hospital quando um médico a identificou como sã:

Com pesar, dei adeus a todas as mulheres que conhecia ao passar por elas em meu caminho rumo à liberdade e à vida, enquanto eram deixadas para trás, relegadas a um destino pior que a morte. (...) Eu esperei tanto pela hora de sair daquele lugar horrível, mas, quando minha ordem de soltura chegou e eu soube que voltaria a ter toda a luz do sol que Deus nos dá, a partida trouxe certa tristeza. Eu fui uma delas por dez dias. Por mais tolo que pareça, pareceu-me um ato de imenso egoísmo deixar que continuassem vivendo aquele sofrimento. Senti um desejo quixotesco de ajuda-las por meio da minha compaixão e de minha presença. (...) As grades se abriram e a liberdade pareceu-me mais doce do que nunca (BLY, 2021, p. 106).

Bly considerou que “O Hospício de Alienados de Blackwell’s Island é uma ratoeira humana. É fácil de entrar, mas uma vez lá é impossível de sair ” (BLY, 2021, p. 105), um entendimento que reforça a ideia de biopoder para manter corpos e sujeitos indesejáveis do convívio humano.

Considerações finais

Ao analisar a apuração e a construção dos relatos de Bly sobre a situação em que se encontravam as mulheres no hospital psiquiátrico é possível consi-

derar que a jornalista foi um dos primeiros expoentes do exercício do jornalismo investigativo e também desenvolveu práticas do jornalismo subjetivo muito antes dessas práticas alcançarem efetivamente as redações dos jornais ou fazerem parte do ensino de jornalismo. Além disso, Bly promoveu a apuração pela perspectiva interseccional, muito antes da ideia ser difundida nos estudos de gênero por Crenshaw (2002), ao contemplar outras referências das mulheres como o fato de serem pobres e imigrantes para a análise da violência e o diagnóstico precoce de loucura em movimentos de demonstrou alteridade às personagens consultadas.

Quando ela descortina a realidade da instituição não o faz enquanto um movimento previsível ou como uma prática de *jornalismo de gabinete*, sem a necessidade de investigar, apurar e acompanhar o acontecimento apenas pelas impressões prévias concebidas de dentro da redação por ideias pré-estabelecidas ou estereotipadas. Ela imerge naquela realidade e traz à tona a experiência vivida na pele por passar 10 dias em estado de privação e presenciar as constantes humilhações a que ela e outras mulheres foram submetidas.

Por outro lado, Bly também fundamenta a importância dos relatos como frutos de imersão na relação estabelecida entre fontes e jornalistas na apuração dos acontecimentos ao trazer riqueza de detalhes acerca dos personagens e dos espaços que, no caso, expressam a potência da biopolítica em instituições de isolamento. Os relatos trazem porções subjetivas, entretanto constroem posições que dificilmente seriam apresentadas por fontes oficiais ou autorizadas. Além disso, a apuração dela se apresenta como demons-

tração de jornalismo subjetivo ao compreender como aquelas mulheres tiveram como destino a internação manicomial mesmo quando eram saudáveis ao tentar compreender a realidade delas.

Referências

AGUIAR, L. A. de. O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. **Revista Alceu**, v. 7, n. 3, p. 73-84, 2006.

ALSINA, M. R. **La construcción de la noticia Barcelona**: Paidós, 2005.

ARAÚJO, J. S. Biopolítica como controle sobre a vida política e resistência. **Pracs**, v. 12, n. 1, p. 145-152, 2019.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BLY, N. **Dez dias no hospício**. Trad.: Ana Guadalupe. São Paulo: Fósforo, 2021a.

BLY, N. **Volta ao mundo em 72 dias**. Trad.: Carla Cardoso. Rio de Janeiro: Imã Editorial, 2021b.

BUBER, M. **Eu e tu**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DANTAS, E. Metáforo e o conceito de comunicação como Acontecimento. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 17. **Anais...** Ouro Preto: Intercom, 2012. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-1177-1.pdf>. Acesso em: dez. 2021.

ERBOLATO, M. **Técnicas de Codificação em Jornalismo** – redação captação e edição em jornal diário. 5 ed. São Paulo. Ática. 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Paz & Terra: Rio de Janeiro, 2014.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A História da Loucura na Idade Clássica**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio: Apicuri, 2016.

LAGO, C.; KAZAN, E.; THAMANI, M. Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está? In: AGUIAR, L.; SILVA, M. P. DA; MARTINEZ, M. (Eds.). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018. p. 124–140.

LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

MEDINA, C. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

MARCONDES FILHO, C. **Princípio da razão durante – comunicação para os antigos, a fenomenologia e o bergsonismo** – Nova Teoria da Comunicação III – Tomo I. São Paulo: Paulus, 2011.

MORAES, F. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, v. 12, n. 2, p. 204 – 2019, 2019. DOI: <https://doi.org/10.111606/extraprensa2019.153247>.

MORAES, F. **O nascimento de Joicy** – transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura e acontecimento**. São Paulo: Pontes, 2002.

RUBIN, G. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SEQUEIRA, C. M. de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

TALESE, G. **A mulher do próximo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TALESE, G. **O voyeur**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

TRAQUINA, N. **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Veja Editora, 1999.

WAISBORD, S. **Watchdog journalism in South America**: news, accountability and democracy. Nova York: Columbia University Press, 2000.

DADOS DO AUTOR

MURIEL EMÍDIO PESSOA DO AMARAL

(UEPG) – Professor Colaborador do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-Bauru), com doutorado-sanduíche em estudos culturais, pela Universidade de Aveiro (Portugal), em 2017, com bolsa Capes, e pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3069-6697>. E-mail: murielamaral@yahoo.com.br